

RELATÓRIO DE SISTEMATIZAÇÃO

Propostas para Homologação em Plenária

Data: 27/08/2025	Hora de Início: 12h	Hora de Término:	
Quantidade de GTs: 8	Quantida	de de Propostas: 23	
Sistematização:			
Danilla Costa de Andrade ((Coordenadora)		
Raissa Santana Quintiliano	dos Santos		

Sarah Lúcia Alves França

Catharina Nunes Cruz



1. Propostas GT 01 (Objetivo geral, diretrizes gerais da PNDU e Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano (SNDU)):

Proposta 01 (33 votos): Criar programa de fomento e apoio técnico aos municípios, prioritariamente de pequeno e médio porte, promovendo parcerias estruturadas com universidades e institutos federais para assegurar assistência técnica para a criação, atualização e implementação de Planos Diretores e instrumentos correlatos (Código de Obras, Posturas, Ambiental, Parcelamento do solo e Mobilidade e Patrimônio material e imaterial), integrando a cultura as políticas urbanas e arquitetônicas priorizando a demarcação das zonas de interesse social e ambiental em todos os municípios brasileiros e assegurando financiamento público que viabilize a inclusão articulada de políticas de mobilidade urbana, educação, preservação ambiental, planejamento urbano e territorial e regularização fundiária, fortalecendo a gestão democrática do território, além de promover desenvolvimento sustentável, qualidade de vida e uma ocupação do solo justa, eficiente e resiliente às mudanças climáticas.

Proposta 02 (31 votos): Revisar a repartição dos recursos federais, estabelecendo metas e métricas temporais de curto e médio prazo para distribuição dos recursos, arcabouço legal e operacional para aplicar políticas de desenvolvimento sustentável, infraestrutura urbana, segurança pública, educação, saúde, moradia para população sem comprovação de renda e funcionamento de conselhos de participação comunitária.

Extra (6 votos): A União assumirá integralmente o custeio integral da elaboração, revisão e atualização dos Planos Diretores dos municípios brasileiros, com ênfase nos de pequeno e médio porte, priorizando a demarcação das zonas de interesse social e ambiental, promovendo parcerias estruturadas com universidades públicas e institutos federais para assegurar assistência técnica continuada, processos participativos e planejamento alinhado às realidades locais, fortalecendo a cooperação federativa, a justiça territorial, a inclusão social e a sustentabilidade urbana.

2. Propostas GT 02 (As políticas de habitação e regularização fundiária da PNDU):

Proposta 01 (Maioria): Garantir recursos e ampliar os programas nacionais de



regularização fundiária das ocupações e assentamentos precários (urbanas, rurais, periurbanas, de povos tradicionais e de terreiros), prioritariamente os mais antigos e localidades com alta densidade populacional e vulnerabilidade social, garantindo apoio técnico e jurídico gratuito, a oferta ou implantação de infraestrutura completa de equipamentos públicos, bem como ações para criação de oportunidades de geração de emprego e renda por meio de programas de qualificação profissional, empreendedorismo e fomento ao cooperativismo.

Proposta 02 (Maioria): Assegurar que os programas de moradia digna contemplem assistência técnica pública e gratuita para a reforma, construção de moradias e regularização fundiária, oferecendo subsídios diretos com critérios mais justos e transparentes de seleção, priorizando mulheres chefes de família com crianças na primeira infância e/ou situação de violência doméstica, idosos, pessoas com deficiência e em situações de vulnerabilidade social, com a sustentabilidade ambiental, prevendo áreas verdes, monitoramento e controle técnico de ocupações em áreas de sensibilidade ambiental e em áreas de risco.

Extra (Maioria): Implantar o Sistema Nacional de Fiscalização e Monitoramento de Ocupações Habitacionais, em parceria com a comunidade acadêmica e movimentos sociais, para garantir a transparência, o uso adequado, legal e contínuo dos imóveis adquiridos com recursos públicos federais ou subsidiados, como nos programas habitacionais do Governo Federal, especialmente o Minha Casa Minha Vida e similares, prevendo mecanismos estruturados e permanentes de verificação da ocupação dos imóveis, incluindo reversão e redistribuição dos que estiverem abandonados, não utilizados ou ocupados irregularmente, utilizando ferramentas tecnológicas como georreferenciamento, aplicativos, imagens e bases de dados interligadas, bem como visitas presenciais, com integração e corresponsabilidade da União, Estados e Municípios, e permitindo participação cidadã por meio de denúncias formalizadas, orientado por critérios de legalidade, equidade e função social da moradia.

3. Propostas GT 03 (A Política de Saneamento Básico da PNDU):

Proposta 01 (Maioria): Promover a universalização do acesso à água encanada e ao Saneamento Básico, com a aprovação do PL1944/2023 e aperfeiçoamento a construção de poços artesianos, seguindo a Lei de Recursos Hídricos, como



alternativa de abastecimento, realizando tratamento da água, de maneira a entregar acesso à água para todas as pessoas que não possuam acesso, sendo realizada a fiscalização constante.

Proposta 02 (Maioria): Criar programa estruturado e permanente para implantar, ampliar, operar e manter aterros sanitários, áreas de transbordo e outras soluções adequadas para a destinação final de resíduos sólidos urbanos e rurais, considerando a necessidade de realizar PRADS nas áreas de lixões que já existem, especialmente nos municípios com menos de 50 mil habitantes, estimulando e financiando a formação de consórcios públicos intermunicipais com apoio técnico e financeiro da União e dos Estados, assegurando a regionalização e a sustentabilidade da gestão de resíduos, integrando ações de coleta, transporte, tratamento e disposição final e promovendo soluções ambientalmente adequadas, economicamente viáveis e socialmente justas. Prevendo também, neste mesmo programa, penalidades para o descarte irregular de resíduos sólidos em vias e espaços públicos.

Extra (Maioria): Tornar a problemática dos sistemas de drenagem dos Municípios (como vertente do saneamento) como de solução interfederativa, com disponibilização de recursos pelos três Entes, já que a água é um bem comum; auxiliando em medidas locais urgentes (enchentes, pontos críticos de alagamento) e para fomentar captação das águas pluviais, dando atenção especial às áreas de risco e património culturais históricos.

4. Propostas GT 04 (A Política de Mobilidade Urbana da PNDU):

Proposta 01 (Maioria): Instalar soluções de engenharia de trânsito que garantam a circulação de pedestres e ciclistas nas zonas urbanas e rurais cortadas por vias Federais.

Proposta 02 (Maioria): Priorizar a acessibilidade de pedestres e ciclistas no planejamento urbano, com atenção as calçadas, arborização, sinalização de trânsito, e demais dispositivos de infraestrutura.

5. Propostas GT 05 (Sustentabilidade ambiental e emergências climáticas):

Proposta 01 (Maioria): Incluir na Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU) a obrigatoriedade da destinação de recursos para a implantação de Planos



Interfederativos de Enfrentamento às Mudanças Climáticas, com prioridade para municípios com áreas de risco mapeadas e histórico de desastres ambientais; devem contemplar ações de preservação de áreas verdes consolidadas, arborização urbana, drenagem sustentável e educação ambiental. Além disso, fomentar a transição para cidades de baixo carbono e sustentável, por meio da integração da gestão urbana e um plano de infraestrutura verde e azul, soluções baseadas na natureza, eficiência energética através de energia limpa e economia circular, incorporando a mitigação e a adaptação climática como diretrizes transversais em todas as políticas urbanas.

Proposta 02 (15 votos): Fortalecer as políticas públicas ambientais voltadas à preservação e uso sustentável dos recursos hídricos, por meio da implementação de programas permanentes de educação ambiental intersetorial e multidisciplinar, e incentivo à reciclagem. As ações devem incluir: o uso racional da água, a separação de resíduos, a preservação de mananciais, e a proteção e recomposição das matas ciliares, garantindo a conservação dos rios e suas margens. Prevê-se também apoio técnico e financeiro aos municípios para implantação de ecopontos, centros de educação ambiental e programas de coleta seletiva com a inclusão das cooperativas e associações de catadores. Além disso, propõe-se a criação de incentivos fiscais para projetos de reciclagem, com a padronização de cores nas embalagens recicláveis, programas de recompensa à população que pratique a reciclagem, e a integração entre União, Estado e Municípios na promoção de uma cultura de sustentabilidade.

Extra (Maioria): Adequar legislação de Incentivo Ambiental de modo a estabelecer descontos proporcionais em impostos federais (IRPF, IRPJ, IOF), estaduais (ICMS, IPVA) e municipais (IPTU, INSS) ou impostos que os substituam; para estimular práticas sustentáveis como o uso de água da chuva, energia limpa e renovável, plantio e manutenção de árvores, entre outras. Isentar impostos das contas de energia de prédios públicos, incluindo escolas, unidades de saúde e sociais, e demais equipamentos públicos, reduzir impostos sobre produtos e serviços relacionados a geração de energia e injeção de energia na rede elétrica, como forma de incentivar e viabilizar o uso de energia renovável; bem como criar uma comissão federal com representantes estaduais e municipais para fomentar e financiar programas ambientais sustentáveis de energia renovável, e de proteção de nascentes, garantindo a destinação a projetos aos municípios para proteção dos rios e nascente de cada território. Além disso, destinar recursos da União e dos tesouros estaduais para estimular a participação cidadã em ações de adaptação climática e segurança



alimentar, por meio da criação de conselhos municipais e estaduais de agricultura urbana e mudanças climáticas, com a realização de oficinas comunitárias, mutirões de plantio, feiras de troca de sementes e mudas, e a inclusão desses temas nos projetos pedagógicos das escolas públicas.

6. Propostas GT 06 (Controle social e gestão democrática das cidade):

Proposta 01 (15 votos): Criar, implementar, fortalecer e fomentar o Conselho das Cidades nas três esferas - federal, estadual e municipal - assegurando caráter consultivo, fiscalizador e deliberativo, garantindo sua atuação como instância obrigatória de participação popular da sociedade civil garantindo maior transparência e equidade nas decisões para formulação, monitoramento e avaliação do Plano Diretor e das políticas urbanas municipais, através da criação de câmaras técnicas de assessoramento aos conselhos com funcionamento através de recursos do Fundo.

Proposta 02 (15 votos): Instituir política de incentivo à criação de creches comunitárias autossustentáveis compartilhadas por crianças e idosos, com gestão compartilhada e alimentação baseada na produção da agricultura familiar rural, urbana e periurbana e hortas comunitárias, promovendo segurança e a soberania alimentar, inclusão social e desenvolvimento sustentável.

Extra: Realizar fóruns, seminários, oficinas e/ou encontros regionais entre município, estado e União, para coletar demandas locais, acompanhar a execução das políticas públicas, integrar pontos de ação entre os diferentes níveis de governo, bem como fortalecer os conselhos de direitos e ampliar a participação social nas decisões públicas.

7. Propostas GT 07 (Gestão interfederativa, cooperação e consórcios):

Proposta 01 (24 votos): Fortalecer e incentivar a criação de novos bancos da economia popular e solidária e outros segmentos produtivos comunitários, como instrumentos de financiamento e desenvolvimento local.

Proposta 02 (27 votos): Revisar a legislação tributária e o sistema de produção industrial para conceder incentivos às empresas de pequeno e médio porte que fomentem práticas de economia circular e solidária, otimizando a recuperação de materiais e de energia.



Extra (23 votos): Fomentar estudos sobre a indústria para promover a descentralização produtiva e criar distritos intermunicipais e interregionais dentro dos estados, fortalecendo o desenvolvimento regional.

8. Propostas GT 08 (Transformação digital e território e Segurança Pública e o Enfrentamento do Controle Armado dos Territórios Populares):

Proposta 01 (19 votos): Ampliar a segurança pública, promovendo a defesa social e a redução da criminalidade, por meio da integração de políticas públicas, aprimoramento dos mecanismos de inteligência e fortalecimento do Sistema de Justiça, fomentando a implantação e a manutenção de guardas municipais, com base na Constituição Federal e na Lei Geral das Guardas Municipais, inclusive nos de pequeno porte, por meio de parcerias e de fundo constitucional específico, assegurando apoio operacional e financeiro para o custeio integral de pessoal, formação, equipamentos e estrutura mínima de funcionamento; incentivando também os sistemas de vídeo monitoramento inteligente integrados à segurança pública, com recursos da União para apoiar os municípios, incluindo tecnologias de reconhecimento de padrões de comportamento em tempo real, aplicativos voltados à proteção da população e políticas de combate à perturbação do sossego, promovendo ações articuladas de prevenção e proteção.

Proposta 02 (16 votos): Criar ações e programas federais voltados para a transformação de cidades, em inteligentes, promovendo inovação, cultura tecnológica e desenvolvimento urbano sustentável.

Extra (15 votos): Garantir acesso gratuito à rede de Wi-Fi ampliando os protocolos de segurança em praças, escolas, unidades de saúde, centros comunitários e equipamentos culturais, promovendo a inclusão e o letramento digital, assegurando o acesso à informação como direito social e estabelecer diretrizes específicas para assegurar o acesso universal à conectividade digital em áreas urbanas e rurais, incluindo metas obrigatórias de inclusão digital na PNDU, com garantia de infraestrutura tecnológica e políticas.

9. Propostas Extras Sistematizadas:

- Proposta 01:
- Proposta 02:



- Proposta 03:
- Proposta 04:

).	Observaç	;ões:
		Coordenador da Comissão de Sistematização



SISTEMATIZAÇÃO DAS PROPOSTAS

Grupo Temático 01: Objetivo geral, diretrizes gerais da PNDU e Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano (SNDU)

Proposta 01

Redação Original

Criar programa de fomento e apoio técnico aos municípios, prioritariamente de pequeno e médio porte, promovendo parcerias estruturadas com universidades e institutos federais para assegurar assistência técnica para a criação, atualização e implementação de Planos Diretores e instrumentos correlatos (Código de Obras, Posturas, Ambiental, Parcelamento do solo e Mobilidade e Patrimônio material e imaterial), integrando a cultura as políticas urbanas e arquitetônicas priorizando a demarcação das zonas de interesse social e ambiental em todos os municípios brasileiros e assegurando financiamento público que viabilize a inclusão articulada de políticas de mobilidade urbana, educação, preservação ambiental, planejamento urbano e territorial e regularização fundiária, fortalecendo a gestão democrática do território, além de promover desenvolvimento sustentável, qualidade de vida e uma ocupação do solo justa, eficiente e resiliente às mudanças climáticas.

Redação Proposta

Criar programa de fomento e apoio técnico aos municípios, prioritariamente de pequeno e médio porte, promovendo parcerias estruturadas com universidades e institutos federais para assegurar assistência técnica para a criação, atualização e/ou implementação de Planos Diretores e leis correlatas instrumentos correlatos (Código de Obras, Posturas, Ambiental, Parcelamento do solo e Mobilidade e Patrimônio material e imaterial), integrando a cultura às políticas urbanas e arquitetônicas, priorizando a demarcação das zonas de interesse social e ambiental em todos os municípios brasileiros e assegurando financiamento público que viabilize a inclusão articulada de políticas de mobilidade



	urbana, educação, preservação ambiental, planejamento urbano e territorial e regularização fundiária, fortalecendo a gestão democrática do território, além de promover desenvolvimento sustentável, qualidade de vida e uma ocupação do solo justa, eficiente e resiliente às mudanças climáticas.
Redação Final	



Grupo Temático 01: Objetivo geral, diretrizes gerais da PNDU e Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano (SNDU)

Proposta 02 Revisar a repartição dos recursos federais, estabelecendo metas e métricas temporais de curto e médio prazo para distribuição dos recursos, arcabouço legal e operacional para aplicar políticas de Redação Original desenvolvimento sustentável, infraestrutura urbana, segurança pública, educação, saúde, moradia para população sem comprovação de renda e funcionamento de conselhos de participação comunitária. Revisar a repartição dos recursos federais, estabelecendo metas e métricas temporais de curto e médio prazo para distribuição dos recursos, e do arcabouço legal e operacional para aplicar em políticas de Redação desenvolvimento sustentável, infraestrutura urbana, segurança pública, educação, saúde, moradia para Proposta população sem comprovação de renda bem como para apoiar o funcionamento de conselhos de participação comunitária. Redação Final



Grupo Temático 01: Objetivo geral, diretrizes gerais da PNDU e Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano (SNDU)

Proposta Extra

Redação Original	A União assumirá integralmente o custeio integral da elaboração, revisão e atualização dos Planos Diretores dos municípios brasileiros, com ênfase nos de pequeno e médio porte, priorizando a demarcação das zonas de interesse social e ambiental, promovendo parcerias estruturadas com universidades públicas e institutos federais para assegurar assistência técnica continuada, processos participativos e planejamento alinhado às realidades locais, fortalecendo a cooperação federativa, a justiça territorial, a inclusão social e a sustentabilidade urbana.
Redação Proposta	A União assumirá integralmente o custeio integral da elaboração, revisão e atualização dos Planos Diretores dos municípios brasileiros, com ênfase nos de pequeno e médio porte, priorizando a demarcação das zonas de interesse social e ambiental, promovendo parcerias estruturadas com universidades públicas e institutos federais para assegurar assistência técnica continuada, processos participativos e planejamento alinhado às realidades locais, fortalecendo a cooperação federativa, a justiça territorial, a inclusão social e a sustentabilidade urbana.
Redação Final	



SISTEMATIZAÇÃO DAS PROPOSTAS

Grupo Temático 02: As políticas de habitação e regularização fundiária da PNDU

	Proposta 01
Redação Original	Garantir recursos e ampliar os programas nacionais de regularização fundiária das ocupações e assentamentos precários (urbanas, rurais, periurbanas, de povos tradicionais e de terreiros), prioritariamente os mais antigos e localidades com alta densidade populacional e vulnerabilidade social, garantindo apoio técnico e jurídico gratuito, a oferta ou implantação de infraestrutura completa de equipamentos públicos, bem como ações para criação de oportunidades de geração de emprego e renda por meio de programas de qualificação profissional, empreendedorismo e fomento ao cooperativismo.
Redação Proposta	Garantir recursos e ampliar os programas nacionais de regularização fundiária das nas ocupações e assentamentos precários (urbanas, rurais, periurbanas, de povos tradicionais e de terreiros), prioritariamente os mais antigos e localidades com alta densidade populacional e vulnerabilidade social, garantindo apoio técnico e jurídico gratuito, a oferta ou implantação de infraestrutura completa de equipamentos públicos, bem como ações para criação de oportunidades de geração de emprego e renda por meio de programas de qualificação profissional, empreendedorismo e fomento ao cooperativismo.
Redação	



Final



Grupo Temático 02: As políticas de habitação e regularização fundiária da PNDU

Pro	post	a 02
-----	------	------

Redação Original	Assegurar que os programas habitacionais de moradia digna contemplem assistência técnica pública e gratuita para a reforma, construção de moradias e regularização fundiária, oferecendo subsídios diretos com critérios mais justos e transparentes de seleção, priorizando mulheres chefes de família com crianças na primeira infância e/ou situação de violência doméstica, idosos, pessoas com deficiência e em situações de vulnerabilidade social, com a sustentabilidade ambiental, prevendo áreas verdes, monitoramento e controle técnico de ocupações em áreas de sensibilidade ambiental e em áreas de risco.
Redação Proposta	Assegurar que os programas habitacionais quede moradia digna contemplem assistência técnica pública e gratuita para a reforma, construção de moradias dignas e regularização fundiária, oferecendo subsídios diretos, com critérios mais justos e transparentes de seleção, priorizando mulheres chefes de família com crianças na primeira infância e/ou situação de violência doméstica, idosos, pessoas com deficiência e em situações de vulnerabilidade social, com a sustentabilidade ambiental, prevendo áreas verdes, monitoramento e controle técnico de ocupações em áreas de sensibilidade ambiental e /ou em áreas de risco.
Redação Final	



Grupo Temático 02: As políticas de habitação e regularização fundiária da PNDU

Proposta Extra

Redação Original	Implantar o Sistema Nacional de Fiscalização e Monitoramento de Ocupações Habitacionais, em parceria com a comunidade acadêmica e movimentos sociais, para garantir a transparência, o uso adequado, legal e contínuo dos imóveis adquiridos com recursos públicos federais ou subsidiados, como nos programas habitacionais do Governo Federal, especialmente o Minha Casa Minha Vida e similares, prevendo mecanismos estruturados e permanentes de verificação da ocupação dos imóveis, incluindo reversão e redistribuição dos que estiverem abandonados, não utilizados ou ocupados irregularmente, utilizando ferramentas tecnológicas como georreferenciamento, aplicativos, imagens e bases de dados interligadas, bem como visitas presenciais, com integração e co-responsabilidade da União, Estados e Municípios, e permitindo participação cidadã por meio de denúncias formalizadas, orientado por critérios de legalidade, equidade e função social da moradia.
Redação Proposta	
Redação Final	

OBS: MUDOU A PALAVRA CO-RESPONSABILIDADE

SISTEMATIZAÇÃO DAS PROPOSTAS

Grupo Temático 03: A Política de Saneamento Básico da PNDU

Proposta 01



SECRETARIA ESPECIAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E INOVAÇÃO

www.se.gov.br

Redação Original Promover a universalização do acesso à água encanada e ao Saneamento Básico, com a aprovação do PL1944/2023 e aperfeiçoamento a construção de poços artesianos, seguindo a Lei de Recursos Hídricos, como alternativa de abastecimento, realizando tratamento da água, de maneira a entregar acesso à água para todas as pessoas que não possuam acesso, sendo realizada a fiscalização constante.

Redação Proposta Promover a universalização do acesso à água encanada e ao Saneamento Básico, com a aprovação do Projeto de Lei nº 1944/2023 bem como e aperfeiçoamento da construção de poços artesianos, seguindo a Lei de Recursos Hídricos, como alternativa de abastecimento, realizando tratamento da água, de maneira a entregar acesso à água para todas as pessoas que não possuam acesso, sendo realizada a fiscalização constante.

Redação Final



Grupo Temático 03: A Política de Saneamento Básico da PNDU

Proposta 02

Redação Original

Criar programa estruturado e permanente para implantar, ampliar, operar e manter aterros sanitários, áreas de transbordo e outras soluções adequadas para a destinação final de resíduos sólidos urbanos e rurais, considerando a necessidade de realizar PRADS nas áreas de lixões que já existem, especialmente nos municípios com menos de 50 mil habitantes, estimulando e financiando a formação de consórcios públicos intermunicipais com apoio técnico e financeiro da União e dos Estados, assegurando a regionalização e a sustentabilidade da gestão de resíduos, integrando ações de coleta, transporte, tratamento e disposição final e promovendo soluções ambientalmente adequadas, economicamente viáveis e socialmente justas. Prevendo também, neste mesmo programa, penalidades para o descarte irregular de resíduos sólidos em vias e espaços públicos.

Redação Proposta

Criar programa estruturado e permanente para implantar, ampliar, operar e manter aterros sanitários, áreas de transbordo e outras soluções adequadas para a destinação final de resíduos sólidos urbanos e rurais, considerando a necessidade de realizar PRADS nas áreas de lixões que já existem, especialmente nos municípios com menos de 50 mil habitantes, estimulando e financiando a formação de consórcios públicos intermunicipais com apoio técnico e financeiro da União e dos Estados, assegurando a regionalização e a sustentabilidade da gestão de resíduos, integrando ações de coleta, transporte, tratamento e disposição final e promovendo soluções ambientalmente adequadas, economicamente viáveis e socialmente justas. Pprevendo também, neste mesmo programa, penalidades para o descarte irregular de resíduos sólidos em vias e espaços públicos.



Redação Final

OBS: INCORPORAR CATADORES E CATADORAS DE RECICLÁVEIS



Grupo Temático 03: A Política de Saneamento Básico da PNDU

•	Proposta Extra
Redação Original	Tornar a problemática dos sistemas de drenagem dos Municípios (como vertente do saneamento) como de solução interfederativa, com disponibilização de recursos pelos três Entes, já que a água é um bem comum; auxiliando em medidas locais urgentes (enchentes, pontos críticos de alagamento) e para fomentar captação das águas pluviais, dando atenção especial às áreas de risco e património culturais históricos.
Redação Proposta	
Redação Final	



OBS: SEM ALTERAÇÕES

SISTEMATIZAÇÃO DAS PROPOSTAS

Grupo Temático 04: A Política de Mobilidade Urbana da PNDU

	Proposta 01
Redação Original	Instalar soluções de engenharia de trânsito, , corredores ecológicos para animais pequenos e mobilidade com acessibilidade , que garantam a circulação de pedestres e ciclistas nas zonas urbanas e rurais cortadas por rodovias
Redação Proposta	
Redação Final	sem alterações redacionais

Obs: sem propostas redacionais

Grupo Temático 04: A Política de Mobilidade Urbana da PNDU

	Proposta 02
Redação Original	Priorizar a acessibilidade de pedestres e ciclistas no planejamento urbano, com atenção às calçadas, arborização, sinalização de trânsito, e demais dispositivos de infraestrutura.
Redação Proposta	Priorizar a acessibilidade de pedestres e ciclistas na política de mobilidade urbana garantindo acessibilidade universal com atenção às calçadas, arborização com espécies nativas e/ou adaptadas,



	sinalização de trânsito, interligação do sistema cicloviário e demais dispositivos de infraestrutura.
Redação Final	



SISTEMATIZAÇÃO DAS PROPOSTAS

Grupo Temático 05: Sustentabilidade ambiental e emergências climáticas

Proposta 01

Redação Original

Incluir na Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU) a obrigatoriedade da destinação de recursos para a implantação de Planos Interfederativos de Enfrentamento às Mudanças Climáticas, com prioridade para municípios com áreas de risco mapeadas e histórico de desastres ambientais; devem contemplar ações de preservação de áreas verdes consolidadas, arborização urbana, drenagem sustentável e educação ambiental. Além disso, fomentar a transição para cidades de baixo carbono e sustentável, por meio da integração da gestão urbana e um plano de infraestrutura verde e azul, soluções baseadas na natureza, eficiência energética através de energia limpa e economia circular, incorporando a mitigação e a adaptação climática como diretrizes transversais em todas as políticas urbanas.

Redação Proposta

Incluir na Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU) Garantir a obrigatoriedade da destinação de recursos para a elaboração e implementação implantação de Planos Interfederativos de Enfrentamento às Mudanças Climáticas, com prioridade para municípios com áreas de risco mapeadas e histórico de desastres ambientais; devem contemplar ações de preservação de áreas verdes consolidadas, arborização urbana, drenagem sustentável e educação ambiental. Além disso, fomentar a transição para cidades de baixo carbono e sustentável, por meio da integração da gestão urbana e um plano de infraestrutura verde e azul, soluções baseadas na natureza, eficiência energética através de energia limpa e economia circular, incorporando a mitigação e a adaptação climática como diretrizes transversais em todas as políticas urbanas.



OBSERVA ÇÃO

SEM DESTAQUE REDACIONAL

Grupo Temático 05: Sustentabilidade ambiental e emergências climáticas

Proposta 02	
Redação Original	Fortalecer as políticas públicas ambientais voltadas à preservação e uso sustentável dos recursos hídricos, por meio da implementação de programas permanentes de educação ambiental intersetorial e multidisciplinar, e incentivo à criação de parques ecológicos e/ou áreas verdes e à reciclagem. As ações devem incluir: o uso racional da água, a separação de resíduos, a preservação de mananciais, e a proteção e recomposição das matas ciliares, garantindo a conservação dos rios e suas margens. Prevê-se também apoio técnico e financeiro aos municípios para implantação de ecopontos, centros de educação ambiental e programas de coleta seletiva com a inclusão das cooperativas e associações de catadores e catadoras. Além disso, propõe-se a criação de incentivos fiscais para projetos de reciclagem, com a padronização de cores nas embalagens recicláveis, programas de recompensa à população que pratique a reciclagem, e a integração entre União, Estado e Municípios na promoção de uma cultura de sustentabilidade.
Redação Proposta	Redação da proposta
Redação Final	COM DESTAQUE REDACIONAL



Grupo Temático 05: Sustentabilidade ambiental e emergências climáticas

Proposta Extra

Fioposta Extra	
Redação Original	Adequar legislação de Incentivo Ambiental de modo a estabelecer descontos proporcionais em impostos federais (IRPF, IRPJ, IOF), estaduais (ICMS, IPVA) e municipais (IPTU, INSS) ou impostos que os substituam; para estimular práticas sustentáveis como o uso de água da chuva, energia limpa e renovável, plantio e manutenção de árvores, entre outras. Isentar impostos das contas de energia de prédios públicos, incluindo escolas, unidades de saúde e sociais, e demais equipamentos públicos, reduzir impostos sobre produtos e serviços relacionados a geração de energia e injeção de energia na rede elétrica, como forma de incentivar e viabilizar o uso de energia renovável; bem como criar uma comissão federal com representantes estaduais e municipais para fomentar e financiar programas ambientais sustentáveis de energia renovável, e de proteção de nascentes, garantindo a destinação a projetos aos municípios para proteção dos rios e nascente de cada território. Além disso, destinar recursos da União e dos tesouros estaduais para estimular a participação cidadã em ações de adaptação climática e segurança alimentar, por meio da criação de conselhos municipais e estaduais de agricultura urbana e mudanças climáticas, com a realização de oficinas comunitárias, mutirões de plantio, feiras de troca de sementes e mudas, e a inclusão desses temas nos projetos pedagógicos das escolas públicas.
Redação Proposta	Redação da proposta
Redação Final	COM PROPOSTA REDACIONAL





SISTEMATIZAÇÃO DAS PROPOSTAS

Grupo Temático 06: Controle social e gestão democrática das cidade

	Proposta 01
Redação Original	Criar, implementar, fortalecer e fomentar o Conselho e fundo e fundo das Cidades nas três esferas - federal, estadual e municipal - assegurando caráter consultivo, fiscalizador e deliberativo, garantindo sua atuação como instância obrigatória de participação popular da sociedade civil garantindo maior transparência e equidade nas decisões para formulação, monitoramento e avaliação do Plano Diretor e das políticas urbanas, através da criação de câmaras técnicas de assessoramento aos conselhos com funcionamento através de recursos do Fundo.
Redação Proposta	Redação da proposta
Redação Final	



Grupo Temático 06: Controle social e gestão democrática das cidade

Proposta 02	
Redação Original	Instituir política de incentivo à criação de creches comunitárias autossustentáveis compartilhadas por crianças e idosos, com gestão compartilhada e alimentação baseada na produção da agricultura familiar rural, urbana e periurbana e hortas comunitárias, promovendo segurança e a soberania alimentar, inclusão social e desenvolvimento sustentável.
Redação Proposta	Redação da proposta
Redação Final	sem destaque



Grupo Temático 06: Controle social e gestão democrática das cidade

Proposta Extra	
Redação Original	Realizar fóruns, seminários, oficinas e/ou encontros regionais entre municípios, estados e União, para coletar demandas locais, acompanhar a execução das políticas públicas, integrar pontos de ação entre os diferentes níveis de governo, bem como fortalecer os conselhos de direitos e ampliar a participação social nas decisões públicas, na perspectiva do desenvolvimento sustentável.
Redação Proposta	Redação da proposta
Redação Final	



SISTEMATIZAÇÃO DAS PROPOSTAS

Grupo Temático 07: Gestão interfederativa, cooperação e consórcios

Proposta 01	
Redação Original	Fortalecer e incentivar a criação de novos bancos da economia popular e solidária e outros segmentos produtivos comunitários, como instrumentos de financiamento e desenvolvimento local.
Redação Proposta	Redação da proposta
Redação Final	



Grupo Temático 07: Gestão interfederativa, cooperação e consórcios

Proposta 02	
Redação Original	Revisar a legislação tributária e o sistema de produção industrial para conceder incentivos às empresas de pequeno e médio porte que fomentem práticas de economia circular e solidária, otimizando a recuperação de materiais e de energia.
Redação Proposta	Redação da proposta
Redação Final	sem destaque redacional



Grupo Temático 07: Gestão interfederativa, cooperação e consórcios

	Proposta Extra	
Redação Original	Fomentar estudos sobre a indústria para promover a descentralização produtiva e criar distritos intermunicipais e inter regionais dentro dos estados, fortalecendo o desenvolvimento regional.	
Redação Proposta	Redação da proposta	
Redação Final	sem alterações redacionais	



SISTEMATIZAÇÃO DAS PROPOSTAS

Grupo Temático 08: Transformação digital e território e segurança pública e o enfrentamento do controle armado dos territórios populares

Proposta 01

Redação Original	Ampliar a segurança pública, garantindo a identidade cultural dos territórios e promovendo a defesa social e a redução da criminalidade, por meio da integração de políticas públicas, aprimoramento dos mecanismos de inteligência e fortalecimento do Sistema de Justiça, fomentando a implantação e a manutenção de guardas municipais, com base na Constituição Federal e na Lei Geral das Guardas Municipais, inclusive nos municípios de pequeno porte, por meio de parcerias e de fundo constitucional específico, assegurando apoio operacional e financeiro para o custeio integral de pessoal, formação, equipamentos e estrutura mínima de funcionamento; incentivando também os sistemas de videomonitoramento inteligente integrados à segurança pública, com recursos da União para apoiar os municípios, incluindo a formação em letramento das forças policiais, tecnologias de reconhecimento de padrões de comportamento em tempo real, aplicativos voltados à proteção da população e políticas de combate à perturbação do sossego, promovendo ações articuladas de prevenção e proteção.
Redação Proposta	garatindo a identidade cultural dos territórios Formação em letramento das forças policiais nas questões étnicas e raciais
Redação Final	



Grupo Temático 08: Transformação digital e território e segurança pública e o enfrentamento do controle armado dos territórios populares

Proposta 02	
Redação Original	Criar ações e programas federais voltados para o desenvolvimento de cidades criativas e digitais , promovendo inovação, cultura tecnológica e desenvolvimento urbano sustentável.
Redação Proposta	
Redação Final	



Grupo Temático 08: Transformação digital e território e segurança pública e o enfrentamento do controle armado dos territórios populares

	Proposta Extra	
Redação Original	Garantir acesso gratuito à rede de Wi-Fi ampliando os protocolos de segurança em praças, escolas, unidades de saúde, centros comunitários e equipamentos culturais, promovendo a inclusão e o letramento digital, assegurando o acesso à informação como direito social e estabelecer diretrizes específicas para assegurar o acesso universal à conectividade digital em áreas urbanas e rurais, incluindo metas obrigatórias de inclusão digital na PNDU, com garantia de infraestrutura tecnológica e políticas.	
Redação Proposta		
Redação Final	sem destaques adicionais	